

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – DELIBERAÇÃO

2 – ATA

2.1 – 6ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura

3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.812/2023

Altera a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009, que disciplina a aplicação de verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições previstas nos incisos IV e V do *caput* do art. 79 do Regimento Interno,

considerando a necessidade de atualização dos valores da verba indenizatória em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar,

DELIBERA:

Art. 1º – O art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – A Assembleia Legislativa, mediante requerimento, indenizará o deputado em exercício ou investido em cargo previsto no inciso I do *caput* do art. 59 da Constituição do Estado por despesas realizadas em razão de atividade inerente ao mandato parlamentar, observado o limite correspondente a 6.253,8466 (seis mil duzentos e cinquenta e três vírgula oito mil quatrocentos e sessenta e seis) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais – Ufemgs.”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2023.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, 13 de fevereiro de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2ª-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3ª-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.



ATA

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/2/2023**Presidência do Deputado Duarte Bechir e da Deputada Delegada Sheila**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 25, 26, 28 a 30/2023; Requerimentos n°s 16, 18, 214, 250 a 253, 255 a 257, 259 e 261/2023 – Comunicações: Comunicações dos deputados Duarte Bechir, Carlos Henrique e Doutor Jean Freire – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Dr. Maurício e das deputadas Delegada Sheila e Macaé Evaristo – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisões da Presidência (3) – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos n°s 16, 18 e 214/2023; deferimento – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Grego da Fundação – Ione Pinheiro – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Ricardo Campos – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Às 14h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Elismar Prado, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– A deputada Macaé Evaristo, 1ª-secretária *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento n° 12.155/2022, do deputado Elismar Prado. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento n° 12.087/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério Público Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.767/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.917/2021, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.603/2022, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 25/2023

Torna obrigatória, nas unidades escolares de ensino, a disponibilização de cadeira de rodas na forma que especifica, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Torna obrigatória, nas unidades da rede de ensino estadual, municipal e particulares, a disponibilização de, no mínimo, uma cadeira de rodas.

Art. 2º – A cadeira de rodas deve ficar disponível em local de fácil acesso para o uso de acidentados, idosos e pessoas com dificuldade de locomoção, com placa ou cartaz com os seguintes dizeres:

I – Lei Estadual/.....;

II – Este estabelecimento de ensino disponibiliza cadeira de rodas.

Art. 3º – O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, quando necessário.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor 90 dias após sua publicação.

Sala das Reuniões, 31 de janeiro de 2023.

Marli Ribeiro (PSC)

Justificação: O projeto de lei tem por objetivo a disponibilização, nas unidades de rede de ensino estadual, municipal e particulares, de, no mínimo, uma cadeira de rodas.

A cadeira de rodas deve ficar disponível para os acidentados, idosos ou pessoas com dificuldade de locomoção.

A necessidade se faz em decorrência de um acidente ocorrido, quando da realização de uma festa junina, no âmbito interno de um estabelecimento escolar, uma senhora veio a tropeçar, cair e fraturar o tornozelo. Foi socorrida e levada amparada nos braços dos populares para um veículo que seguiu ao pronto socorro médico. Caso houvesse a cadeira de rodas na unidade de ensino, facilitaria o socorro no deslocamento, evitando assim, maiores riscos em seu transporte.

Ante ao exposto, conclamo os nobres pares no apoio ao projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 26/2023

Institui a Campanha de Conscientização sobre a Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o poder executivo responsável por instituir no Estado de Minas Gerais a Campanha de Conscientização sobre a Depressão Infantil e na Adolescência, visando promover ações educativas de informação à população sobre o transtorno.

Art. 2º – Fica a Secretaria de Estado de Saúde responsável por realizar as atividades previstas no art. 1º desta lei, podendo a mesma firmar convênios ou parcerias com instituições para melhor execução.

Art. 3º – São as diretrizes da Campanha a que se refere ao artigo 1º:

I – Conscientização da população sobre a depressão infantil e na adolescência;

II – Divulgação dos sintomas mais comuns, como sono instável, alteração nos hábitos alimentares, irritabilidade repentina, choro excessivo, entre outros;

III – Criação de canais institucionais para prevenção da depressão;

IV – Incentivo à busca por atendimento profissional especializado;

V – Estímulo à parceria entre escola e família para suporte às crianças e adolescentes acometidos pela depressão;

Art. 4º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, com a possibilidade de suplementação, se necessário.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de fevereiro de 2023.

Charles Santos (Republicanos)

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Alencar da Silveira Jr. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.553/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 28/2023

Dispõe sobre a necessidade de referendo popular para criação ou majoração de impostos estaduais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A criação ou majoração de alíquotas de impostos estaduais ficam condicionadas à aprovação em referendo popular.

Art. 2º – O art. 3º da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único – A eficácia de norma jurídica que crie ou majore alíquotas de impostos será condicionada à aprovação em referendo popular”.

Art. 3º – O art. 2º da Lei nº 14.044, de 23 de outubro de 2001, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único – Referendo popular ficará autorizado pela Assembleia Legislativa quando da aprovação de norma que crie ou majore alíquotas de impostos, sendo o resultado deste referendo condicionante da eficácia da nova norma.”

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2023.

Lud Falcão (Pode)

Justificação: A proposta em tela busca dar ao cidadão mineiro a decisão sobre majoração de impostos, que afeta diretamente sua vida financeira, em um país já com alta carga tributária. Deve o Poder Público ser capaz de convencer o contribuinte da necessidade de maior contribuição para custear os serviços estatais, se assim entender necessário. Em defesa do contribuinte mineiro, peço o apoio dos colegas para aprovar essa proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 29/2023

Dispõe sobre a substituição do símbolo indicativo representado por uma pessoa curvada de bengala em vagas, assentos, filas e outros lugares em que haja prioridade de atendimento à pessoa idosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica determinada a substituição do símbolo indicativo atual representado por uma pessoa curvada de bengala, em vagas, assentos, filas e outros lugares em que haja prioridade de atendimento à pessoa idosa garantida pela Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e Lei nº 23.902, de 3 de setembro de 2021.

Art. 2º – A nova sinalização indicativa deve conter apenas a imagem de uma pessoa ereta com a sinalização “60+”.

Art. 3º – A substituição pode ser gradual, de acordo com a necessidade de manutenção da sinalização.

Art. 4º – A substituição se dá, necessariamente, sempre que haja necessidade de reposição ou criação de novas sinalizações.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2023.

Elismar Prado (Pros)

Justificação: O Distrito Federal foi pioneiro em determinar a alteração do símbolo indicativo de pessoas idosas em placas e outras sinalizações, substituindo a imagem de uma pessoa curvada e de bengala por imagem de pessoa ereta (assim como nas demais placas e sinalizações) acompanhada do número 60 e do sinal de adição (+) adequadamente comunicando que se tratam de pessoas com sessenta anos ou mais.

Tal medida é eficaz para combater o etarismo, ou seja, o preconceito contra as pessoas idosas, situações que influem diretamente na saúde mental e física dessa população tão importante.

Minas Gerais, além das leis que dão prioridade às pessoas idosas, tem legislação que versou assunto semelhante, todavia em relação aos policiais e bombeiros militares, como se vê do Projeto de Lei nº 654/2019, transformado na Lei nº 24.034/2022, ao substituir o termo “inativos” para “veteranos” em referência aos militares estaduais aposentados.

Assim, para contribuir com a melhor qualidade de vida dos idosos reconhecendo as grandíssimas contribuições para a nossa sociedade, peço o apoio dos nobres pares para aprovar esta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Trabalho para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 30/2023

Dispõe sobre o funcionamento ininterrupto, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das Delegacias de Polícia Especializada de Crimes Contra a Mulher, Idoso e Deficiente no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – As Delegacias de Polícia Especializada de Crimes Contra a Mulher, Idoso e Deficiente, vinculadas à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, deverão funcionar em caráter ininterrupto, de modo a disponibilizar atendimento especializado aos cidadãos vítimas de violência durante as 24 horas do dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Art. 2º – A Secretaria de Segurança Pública deverá dotar as referidas delegacias de recursos materiais e humanos suficientes para cumprimento disposto no artigo 1º desta lei.

Art. 3º – A Secretaria de Segurança Pública deverá também dotar as referidas delegacias de recursos humanos suficientes para o integral cumprimento do disposto no artigo 1º desta lei, com profissionais femininas qualificadas atuando durante as 24 horas do dia nas Delegacias Especializadas de Crimes Contra a Mulher, Idoso e Deficiente, de modo a garantir um atendimento especializado às mulheres vítimas de violência no Estado.

Art. 4º – A Secretaria Estadual de Segurança Pública realizará campanhas de divulgação de modo a informar a população acerca da existência do atendimento 24 horas nas Delegacias Especializadas de Crimes Contra a Mulher, Idoso e Deficiente de todo o Estado.

Art. 5º – As despesas decorrentes da aplicação da presente lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º – A presente lei entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2023.

Doutor Jean Freire (PT)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Segurança Pública, dos Direitos da Mulher e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 16/2023, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.681/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Nº 18/2023, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.434/2021, do deputado André Quintão.

Nº 214/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer o desarquivamento do Requerimento nº 12.641/2022, de sua autoria.

Nº 250/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja formulado voto de congratulações com a organização não governamental Humus, pela atuação no resgate de vítimas do terremoto na Turquia, em atendimento ao chamado da Organização das Nações Unidas. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 251/2023, do deputado Fábio Avelar, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana – Sindinova – pela realização da 26ª Feira de Calçados de Nova Serrana – Fenova. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 252/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis e a equipe de apoio da Polícia Civil – Noroeste, pelo trabalho realizado no Bairro Nova Cachoeirinha, na região Noroeste de Belo Horizonte, local de intenso tráfico de drogas, que resultou na prisão de três indivíduos e na apreensão de quantia em dinheiro, balança de precisão e barra de maconha. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 253/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis e a equipe de apoio, lotados na 4ª Delegacia de Polícia Civil – Noroeste pelo trabalho realizado no Bairro Nova Cachoeirinha, na região Noroeste de Belo Horizonte, que resultou na apreensão de diversos materiais, avaliados em aproximadamente R\$1.000,00, sem notas fiscais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 255/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Leste de Minas – Supram Leste Minas – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias à revogação do licenciamento ambiental concedido à empresa Bassari Mineração Ltda. para exploração da área denominada Mina da Conquista, localizada em Barão de Cocais, uma vez que o empreendimento está em desconformidade com o plano diretor do município. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 256/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas nos seguintes dados: relatório das fiscalizações ocorridas em cumprimento à Lei nº 23.291, de 2019, desde a sua publicação, acompanhado dos respectivos procedimentos administrativos fiscalizatórios, na íntegra; informações sobre quantas e quais fiscalizações se deram em decorrência de denúncias; informações sobre quantas e quais fiscalizações se deram em decorrência de inspeções e vistorias realizadas *in loco* pela Semad; informações eventualmente encaminhadas às autoridades competentes nos termos do art. 20 da Lei nº 23.291, de 2019; e relatório de vistorias e laudos técnicos emitidos nos termos do art. 19 da Lei nº 23.291, de 2019. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 257/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja regularizado o fornecimento dos medicamentos relacionados na tabela fornecida pela SES, bem como sejam apurados, via processo administrativo competente, os descumprimentos contratuais por parte dos respectivos fornecedores, com a aplicação das sanções legais e contratuais pertinentes, nos termos da legislação licitatória que rege cada um dos contratos. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 259/2023, do deputado Caporezzo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sgt. PM Macirlei de Oliveira Carvalho e com os Srs. Filipe de Pinho Barroso e Irving Gabriel Teixeira Barbosa, representando todos os cidadãos, pelos atos de bravura na ocorrência policial no Município de Ipatinga, em 11/2/2023. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 261/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a regularização de fornecimento do medicamento acitretina/neotigazon, tão essencial e efetivo no tratamento da maioria das formas hereditárias de ictiose e psoríase. (– À Comissão de Saúde.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações dos deputados Duarte Bechir, Carlos Henrique e Doutor Jean Freire.

Registro de Presença

O presidente – A presidência gostaria de registrar e agradecer a presença, nas galerias, dos vereadores de Olímpio Noronha, Wilson Lamin, presidente da câmara; Marcelo Carvalho, vice-presidente; Edson da Silva, secretário; e José Ferreira, que estão

acompanhando os nossos trabalhos aqui, no Plenário, e o nosso colega de trabalho Anderson Fadel. Sejam todos bem-vindos. Muito obrigado.

Oradores Inscritos

O deputado Dr. Maurício – Primeiramente, quero saudar o presidente deputado Duarte Bechir, os demais colegas deputados e os servidores desta Casa. Ocupo pela primeira vez esta honrosa tribuna, nesta Casa da democracia, nesta Casa da liberdade, que são os valores maiores de nossa Minas Gerais. Eu não poderia iniciar o meu pronunciamento sem antes expressar a minha gratidão. Gratidão aos mineiros e às mineiras, especialmente aos do Sul de Minas Gerais. Foram mais de 52 mil pessoas que acreditaram em mim e me confiaram o mandato de deputado estadual. Eu trago comigo a experiência de vida e a experiência de gestor público.

Antes de continuar com as minhas palavras, eu gostaria de dizer que esta é uma apresentação que estou fazendo, porque nós somos do grupo dos novatos e estamos aprendendo a conhecer todos os colegas deputados, mas de muitos, às vezes, a gente nem guardou o nome. Então é uma apresentação da nossa vida, do nosso nome e do nosso trabalho até aqui.

Eu nasci no meio rural, no campo, em Santa Rita de Caldas, onde eu continuo até hoje o meu trabalho como produtor rural. Estudei, fui para a cidade e me formei médico na Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM –, em Uberaba. Exerço a minha profissão na cidade de Ouro Fino, há mais de 30 anos, cidade que escolhi para viver e que me acolheu e me fez prefeito por dois mandatos. É uma honra representar o nosso Sul de Minas aqui, onde nós aumentamos a nossa representatividade. Hoje, somos 10 deputados do Sul de Minas Gerais. Como eu já disse, sou produtor rural. Tenho propriedades rurais na cidade de Santa Rita de Caldas, onde é forte a bataticultura, lavoura de batatas, os hortifrutis. Mas atualmente estou trabalhando na agropecuária, ramo no qual tenho muita experiência e prazer em trabalhar, porque o agronegócio, como todo mundo sabe, está alavancando o Brasil, está trazendo riqueza para o nosso país, tem salvado a economia do nosso país. O produtor rural precisa ser valorizado, porque é ele quem coloca o alimento na nossa mesa. É o nosso agronegócio que alimenta 1/3 da população mundial. Então, estou aqui para defender o agronegócio, trabalhar por ele e, especialmente, pelos produtores, que precisam ser vistos com outros olhos. Precisamos diminuir os impostos da cesta básica, precisamos oferecer subsídios e ajudar, no que for possível, o nosso produtor rural, o nosso agronegócio.

Quando falei da minha experiência, quis dizer que trabalhei em várias áreas diferentes, e isso me deu uma grande bagagem de vida.

Fui professor por vários anos, ensinando química e biologia no ensino médio e, depois, professor nos cursos pré-vestibulares também de química e biologia. Então esse foi o meu primeiro trabalho, primeiro trabalho com carteira registrada. Quando eu saí da área rural para estudar, mesmo muito jovem, já tinha entendido que, para progredir, para crescer, precisaria estudar. Por isso, tive de migrar para outros centros onde havia estudos de curso médio, o que na minha cidade não existia na época, e curso universitário. Depois, já como professor, tive a certeza de que uma sociedade desenvolvida dependia realmente de uma educação de qualidade.

Já como médico, tive a oportunidade de atender centenas, talvez milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade. Vários pacientes, especialmente vítimas de acidentes das nossas perigosas rodovias, chegavam ao hospital com politraumas. Eu sou especializado em ortopedia e traumatologia. Tenho também especialidade em medicina do trabalho. A minha família toda atua na área médica. Meus três filhos são médicos, a minha mulher é enfermeira padrão. Eles tocam as nossas clínicas. Trabalham também na Santa Casa de Ouro Fino e no hospital regional de Pouso Alegre, dando assistência a todos os pacientes, à maioria dos pacientes da nossa região lá do extremo Sul de Minas Gerais. Eu inclusive já protocolei nesta Casa um projeto de lei nesse sentido. Aliás foi o primeiro projeto protocolado nesta 20ª Legislatura, visando dar transparência às filas de saúde do SUS, às filas de consultas, às filas de vários procedimentos, mas especialmente às filas das cirurgias eletivas de alta complexidade. Muitas vezes o paciente espera por anos, 3 anos, 4 anos, 5 anos até chegar a sua vez para fazer uma prótese de quadril, uma prótese de joelho. Nesse caso, agora com esse

nosso projeto sendo aprovado, nós teremos a certeza de que o paciente ou a sua família vai acompanhar pela internet a fila da sua cirurgia que estará agendada.

Quero falar também da minha atuação como prefeito. Fui prefeito de Ouro Fino por dois mandatos. Tive oportunidade de dirigir esse município, que me acolheu e que me fez prefeito por duas vezes. Construimos durante os nossos mandatos cinco escolas, escolas modernas, grandes, que resolveram definitivamente a parte física da nossa educação. Contratamos um sistema de ensino particular com apostilamento para todos os alunos durante todo o ano. Melhoramos a qualidade do transporte escolar. Melhoramos a qualidade da merenda escolar e elevamos o Ideb de 4,5 para 7,4. Construimos cerca de 300 obras, cerca de 110 km de asfalto, asfalto que ligava os distritos à nossa cidade, estradas vicinais, ou ligava nossa cidade às cidades vizinhas. Nós costumávamos dizer que fazíamos o metro quadrado mais barato de asfalto do Brasil. Nós aprendemos a fazer a base do asfalto. Nós contratávamos apenas a capa asfáltica. Por isso nosso asfalto, além de ser de qualidade, é um asfalto de baixo custo. Mas é bom dizer que era um asfalto de baixo impacto, não era um asfalto de uma BR, pela qual passa um caminhão de 60t, de 80t todos os dias. Eram caminhões de baixo tráfego e de baixo impacto. Era asfalto de baixo tráfego e de baixo impacto. Resolveu muito bem os problemas da nossa região.

Nós tivemos cerca de 90% dos votos na reeleição e saímos da prefeitura com uma aprovação de 94% ao final dos oito anos de mandato. Fui presidente do Conselho Fiscal do Samu da regional sul-mineira por dois mandatos. Foram quatro anos. Aliás, um mandato foi compartilhado com o nosso colega Rodrigo Lopes, que era presidente do conselho executivo. Fui presidente da Amarp, Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio Pardo, por dois mandatos também. Na oportunidade compramos a sede da Amarp, compramos também a segunda usina de asfalto, compramos vários caminhões e equilibramos as contas da nossa associação. Recebi da AMM o troféu de melhor gestor do Estado de Minas Gerais. E logicamente esse trabalho nos referendou para chegar a este Parlamento. Com essa alta aprovação e com a entrega de resultados tão expressivos na administração pública, meu nome começou a ser cogitado para concorrer a uma vaga neste Parlamento, nesta Casa de leis, como deputado estadual. Então era a hora de procurar um partido para que eu concorresse nas últimas eleições de 2022. Foi aí que procuramos o Partido Novo, do governador Zema, um pouco pelo grande mandato que estava fazendo o nosso governador, mas principalmente pela seriedade e pela honestidade que estavam sendo demonstradas.

Nós, prefeitos do mandato anterior ao do governador Zema, sofremos muito com alguns desmandos. O pagamento das receitas das prefeituras que foram retidas pelo ex-governador... Somente de Ouro Fino foram subtraídos R\$13.000.000,00. Me chamou muito a atenção quando o governador Zema começou a pagar e a resolver o problema atual das prefeituras. Entendi que eu falava a língua do Novo, a língua da seriedade e a língua da honestidade. Hoje estou aqui procurando ser parceiro dos colegas deputados trabalhando na fiscalização e na aprovação de projetos que farão de Minas Gerais um Estado mais forte. Muito obrigado.

A deputada Delegada Sheila – Boa tarde a todos e a todas que nos acompanham através da TV Assembleia. Em nome do nosso presidente em exercício, o colega deputado Duarte Bechir, cumprimento todos os meus colegas deputados que estão aqui e aqueles que estão de forma remota. Dou as boas-vindas àqueles que estão chegando a esta Casa. Quero dizer que, para mim, é um momento muito especial, de muita satisfação, de muita alegria poder ter sido reconduzida para continuar representando todos os mineiros e mineiras aqui na Assembleia Legislativa.

Para quem sabe e me conhece bem, eu sou de falar muito pouco aqui, na tribuna. O meu trabalho é um trabalho mais calado, mas trago um assunto extremamente importante e peço o apoio dos demais colegas deputados.

Em setembro de 2019, eu protagonizei, na Casa, a instalação da Frente Parlamentar de Combate à Pedofilia. Pedofilia significa abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. A gente usa esse termo “pedofilia”, e muitos criticam o nome da frente parlamentar, mas é o termo que as pessoas entendem, a forma que utilizamos para fazer chegar a todo mundo, porque é o que todos conhecem. Então eu vou manter essa propositura para que a gente possa reabrir novamente essa frente parlamentar nesta legislatura.

Esse tema é extremamente importante. Quem lida diretamente com a educação, e a deputada Macaé é uma educadora, sabe muito bem do que estou falando e o que as crianças e os adolescentes brasileiros têm sofrido em relação a essa causa e a essa questão. A escola é o lugar onde esses casos são detectados na maioria das vezes. Normalmente esses casos chegam às delegacias de polícia através da escola. Os professores, os orientadores e os diretores percebem e enxergam, estando bem preparados, os sinais que essas crianças e adolescentes abusados apresentam e passam a buscar maiores informações, acionam o conselho tutelar e, então, chegam até a polícia, que normalmente é a última instância, o último lugar a tomar conhecimento, e não deveria ser assim.

Trabalho nessa pauta já há muitos anos. Só de Polícia Civil, eu tenho 22 anos, e, obviamente, licenciada agora, mas estou sempre em contato com os trabalhadores dessa área. Também em 2012, eu iniciei um trabalho mais contundente, de prevenção, nas escolas públicas e particulares, nas igrejas e nos centros comunitários, fazendo palestras, dando orientações, trabalhando com a capacitação de profissionais para atuar nessa área. E isso não foi diferente durante a atuação na Frente Parlamentar de Combate à Pedofilia da Assembleia. Nós realizamos, durante os últimos quatro anos, centenas de trabalhos de prevenção relacionados a essa questão, e eu tenho certeza de que nós conseguimos ajudar muitas crianças e adolescentes e gerar muitos frutos positivos. Esse trabalho precisa continuar.

O presidente de honra da nossa frente foi o Dr. Casé Fortes, promotor de justiça da Vara da Infância da cidade de Divinópolis. Ele atuou, por um longo período, na CPI de combate à pedofilia do Senado Federal, que foi instalada em 2008, durando até 2011, e de onde saíram legislações boas e eficazes que estão em vigor até hoje. Elas estão, sim, desatualizadas, mas estão em vigor até hoje graças a essa CPI, e o Dr. Casé Fortes, muito experiente, atuou ativamente nessa CPI. E gostaria de contar novamente com a presença dele nesses quatro anos, se assim for da vontade dos nossos colegas. Também contamos com o apoio da deputada Celise Laviola, que hoje não está conosco porque não foi candidata à reeleição, e também com a deputada Ione Pinheiro, novamente conosco, e com o deputado Gustavo Mitre, que também infelizmente não está mais conosco. E também gostaria de deixar em aberto a participação dos colegas parlamentares nessa frente parlamentar, porque é muito gratificante, muito mesmo, poder levar um trabalho mais técnico para as pessoas, para os profissionais da área de educação principalmente e para os operadores do direito.

Um avanço significativo que tivemos com essa frente foi a presença do deputado federal Charlles Evangelista, que fazia parte da frente parlamentar. E por que a presença de um deputado federal? É porque é superimportante.

Nós conseguimos, através do nosso lobby, do trabalho apresentado pela frente, indicá-lo como relator de vários projetos de leis que estavam parados e tramitando na Câmara Federal relacionados a abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e pressionar para que esse relatório fosse pautado lá na Câmara Federal. Esse relatório torna todos os crimes de maus-tratos, de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, de pornografia infantil, de prostituição infantil crime hediondo, em que não cabe anistia, graça ou indulto. Esse relatório também proíbe as saídas temporárias para esses criminosos, além de tratar de várias questões que são de extrema importância e de questões atualizadas relacionadas à internet. Nós sabemos que hoje o Brasil é campeão em compartilhamento de pornografia infantil, e onde existe compartilhamento de vídeos e fotos pornográficas de crianças e adolescentes existe o abuso real por trás disso. Então essas questões relacionadas à internet também são importantes porque é a realidade das nossas crianças.

As pornografias que vieram junto com a internet e com a globalização têm prejudicado muito; os casos têm aumentado muito. As pessoas da minha faixa etária não tinham acesso a isso, mas as nossas crianças, infelizmente, desde que aprendem a acessar a internet – e isso é muito cedo –, estão consumindo e se tornando viciadas em pornografia. Nós sabemos cientificamente que ela é tão viciante quanto as drogas e corrompem o caráter de todos: adultos e, principalmente, crianças. Então, esse é um trabalho muito importante. Eu apresentei um requerimento no Silegis e gostaria de receber a assinatura e o apoio dos colegas para que nós estejamos aí instalando novamente essa frente. Eu já deixo até aqui um convite e uma data para a gente instalá-la, que seria o dia 18 de maio, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – uma data muito emblemática; e deixo

também o meu convite a todos os colegas que queiram participar. Eu acho que quanto mais colegas deputados estaduais estiverem participando, mais longe essa causa chegará, porque a beleza do Parlamento é esta: a representatividade de várias regiões, de vários lugares, de vários segmentos. E, se o colega puder levar essa causa, que eu acho que é uma causa unânime... Aqui nós temos representantes de vários segmentos, mas eu tenho certeza absoluta de que não temos representantes de abusadores de crianças e adolescentes; não, nós não temos! Então todos os colegas que quiserem participar conosco estão convidados e podem levar também as atividades de prevenção para suas regiões e para os seus segmentos. Eu concedo aparte ao deputado Caporezzo.

O deputado Caporezzo (em aparte) – Bom dia a todos os presentes. Bom dia, presidente.

Delegada Sheila, parabéns pela sua posição em relação à questão da pedofilia, que a gente sabe que é uma causa muito séria, e eu sei que você vai abrilhantá-la ao trabalhar lutando pela defesa dessas pessoas, está bem?

Bem, o STF formou maioria e decidiu na semana passada que uma lei do Poder Legislativo de Roraima não será mais válida. O STF anulou a lei que proibia a linguagem neutra. Bem, isso é impressionante porque a esquerda, como de praxe, comemorou essa decisão do STF como se fosse uma grande vitória, afinal de contas, eles são pessoas repletas de boas intenções e querem incluir na sociedade o público LGBTQIA+, de A a Z, como eles falam, que se sentem desprivilegiados. Eles acham que, para serem aceitos, tem-se que utilizar linguagem neutra. Entretanto, existe uma coisa chamada realidade, e a realidade é algo impositivo, não aceita ideologias. A autoestrada para o inferno foi pavimentada de boas intenções: para fazer com que aproximadamente 1% da população brasileira se sinta abraçada pela linguagem neutra, nós iremos excluir 43 milhões de brasileiros que têm dislexia; vamos excluir também 10 milhões de surdos; vamos excluir 2 milhões de autistas; e quem está falando isso aqui não é o deputado Caporezzo, não, é a própria ciência, que, até no ano passado, era tão querida pelo público de esquerda. Por quê? Foi decidido pelo governo da França – e olhe que a França é o berço do esquerdismo lá na Europa – que a linguagem neutra prejudica o desenvolvimento de pessoas com déficit mental. Então é assim: para fazer com que uma pequena parcela da população, que, a princípio, não é para ter nenhum problema mental, sinta-se abraçada, eles acabam atacando todo mundo. Eu queria que esses políticos de esquerda utilizassem o Lula como exemplo. Eu detesto o Lula, mas ele falou o seguinte: “Eu tenho pedido aos meus colegas, líderes do partido, que é preciso parar de judicializar a política. Nós temos culpa de tanta judicialização. A gente perde uma coisa no Congresso Nacional e, ao invés, de a gente aceitar a regra do jogo democrático, em que a maioria vence a minoria, cumprir aquilo que foi aprovado, a gente recorre a uma outra instância para ver se consegue ganhar. O Poder Judiciário adentrar o Poder Legislativo é algo errado”. Isso aí foi o Lula que falou; não fui eu. Então perde toda a Nação com essa flexibilização da linguagem de gênero, e perde a língua portuguesa também.

A direita vive em Minas Gerais. Obrigado.

A deputada Delegada Sheila – Para finalizar o assunto que eu vinha dizendo, gostaria de deixar aqui, até como forma de sensibilizar mesmo esta Casa, aqueles que estão nos acompanhando, os meus sentimentos mais profundos à família de duas vítimas, as mais recentes, desse tipo de monstro, que tem coragem de abusar principalmente da própria filha. São os dois últimos casos mais emblemáticos. A gente, mesmo lidando com isso há tantos anos, não tem como deixar de se emocionar com essa situação, que é o caso da Sophia, lá no Mato Grosso do Sul, uma criancinha de 2 anos de idade. Ela foi assassinada após sucessivas agressões da mãe e do padrasto e foi também vítima de estupro. Isso já está constatado. E, assim, é com o sentimento de muito tristeza mesmo, que damos os nossos pêsames à família da recém-nascida de 27 dias, que foi morta, teve o corpinho todo dilacerado, frágil corpinho, após ter sido brutalmente estuprada pelo próprio pai. São casos que chocam a sociedade, e a gente precisa diuturnamente lutar contra isso. As crianças e os adolescentes são, de fato, o bem maior que nós temos neste país e neste mundo.

Muito obrigada a todos e que Deus continue abençoando as nossas vidas.

A deputada Macaé Evaristo – Boa tarde, senhores e senhoras. Cumprimento aqui a presidência, o deputado Duarte Bechir, e cumprimento aqui a Delegada Sheila. Esse tema que ela trouxe aqui, que me antecedeu, é um tema importantíssimo, e é preciso que

esta Casa esteja unida nessa frente. Eu queria falar para a Delegada Sheila que, quando eu fui secretária nacional da Secretaria de Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, nós produzimos um material muito bom para a formação de professores, que é um guia escolar que forma professores para a identificação de sinais de abuso sexual contra crianças e adolescentes. A gente sabe da importância da escola, e, em especial, nesses temas, a escola, o professor, a professora são fundamentais, porque o lugar em que muitos desses casos serão acolhidos, identificados é no ambiente escolar. Então queria saudar e dizer do meu apreço, do meu apoio a essa iniciativa.

Eu venho aqui, hoje, para tratar de uma situação bastante vexatória a que os estudantes da rede estadual de ensino vêm sendo submetidos, em especial, nos grandes municípios. Ontem eu conversava com o deputado Duarte Bechir sobre uma situação, deputado, que está acontecendo em meu gabinete, mas eu sei que também há vários outros gabinetes daqui que também estão sendo procurados por estudantes que não têm conseguido a sua matrícula nas escolas próximas de suas casas. No caso, em Belo Horizonte há muitos jovens que foram matriculados em bairros distantes de onde vivem. Além de ficarem com dificuldade de acessar a escola, esses jovens precisam de transporte público para isso, mas como a gente sabe o preço das passagens acaba pesando no orçamento doméstico e muitas das famílias hoje não têm conseguido arcar com esses valores. O resultado é uma prática que a gente percebe no transporte coletivo em que muitos jovens são submetidos a pular a catraca dos ônibus para ir à escola. Como não existe financiamento, como não existe o passe livre para os estudantes, como o estudante não é matriculado próximo de sua casa, resta ao estudante que quer permanecer na escola essa situação vexatória, humilhante. E, muitas vezes, ele ainda vai ser tratado como um marginal.

Então é importante... Eu queria que a gente pudesse se deter sobre essa questão, e acho que esta Casa precisa acompanhar, fiscalizar, e entender um pouco mais. As famílias dizem que já tentaram acionar a Secretaria de Estado da Educação, que se mantém alheia aos pedidos e imputa essa questão ao Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para a Matrícula. A questão é que o cadastro é público, é um cadastro digital, mas, apesar de ser informatizado, a gente sabe que, no nosso estado, e não é diferente no nosso país, nós ainda temos inúmeras famílias que não têm acesso à internet. Mas a questão ainda não é somente a o acesso à internet para esses jovens e para essas famílias. É que, apesar de o cadastro ser unificado, ser universal, ser pela internet, o plano de atendimento das escolas não é transparente. Então, se a família, no momento da escolha, pode escolher a primeira, a segunda e a terceira opção, no geral o que as famílias fazem? A primeira opção, é óbvio, é aquela escola mais próxima da sua residência. E essa opção não tem sido acolhida.

Em Belo Horizonte, esse fato se agrava porque historicamente o cadastro escolar, aqui, era unificado, deputado Duarte Bechir. Era feito no acerto entre prefeitura e Estado, e o plano de atendimento era compartilhado, era um plano transparente, porque, afinal de contas, o município... Eu gosto de sempre de chamar a atenção para o fato de que as pessoas moram no município, não é? Quando há um problema com a escola, as pessoas procuram o município, o prefeito, a Secretaria Municipal de Educação, e, quando não há transparência neste plano de atendimento, o que acontece é o que nós estamos vivendo aqui, no nosso estado. É preciso a gente lembrar que o direito à educação, reconhecido na nossa Constituição, em que a gente avançou muito, do ponto de vista do acesso, da permanência, da melhoria dos indicadores escolares, foi muito atacado nos últimos quatro anos, de diferentes formas, não é?

Em Minas Gerais, o que a gente pode perceber é um decréscimo nas matrículas, e esse dado não é meu, basta a gente olhar os indicadores do senso da educação básica, os indicadores do Inep, que são produzidos a partir de uma coleta feita nas próprias escolas. É muito grave isso. No momento em que, no nosso país, nós temos a maior geração de jovens, nós temos um decréscimo no atendimento. Caem as matrículas do ensino médio, caem as matrículas na educação de jovens e adultos, caem as matrículas do ensino fundamental. Isso chama a atenção e isso deve nos preocupar. Por quê? Porque nós temos uma grande janela de oportunidade. Se investirmos efetivamente em educação, nós podemos fazer a diferença para o nosso futuro e para o futuro e dignidade do nosso estado. Então eu queria aqui chamar a atenção para esse aspecto, dizer que nós temos experiências exitosas no campo educacional.

Eu queria lembrar aqui que o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, fez 43 anos. E nós tivemos, nos governos anteriores, do presidente Lula e da presidenta Dilma, programas exitosos, como o ProUni; no ensino superior, a criação de mais de 18 universidades; 173 campi universitários. Nós ampliamos – e é um tema de que o deputado Duarte Bechir trata muito – a questão do acesso dos estudantes com deficiência. Olhe, deputado, lá em 2002 e 2003, nós tínhamos 300 mil crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação matriculados no ensino fundamental. Em 2015, nós tínhamos mais de 700 mil crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação matriculados na educação básica; e ampliamos também a matrícula desses estudantes na educação superior. Por isso eu quero celebrar a prioridade que o Partido dos Trabalhadores tem com a educação. Nós temos ainda muito que avançar, e quero pedir aqui uma atenção deste governo que aí está para o atendimento educacional em Minas Gerais.

Nós não podemos tratar com naturalidade o abandono escolar, a evasão escolar; e a gente não pode criar subterfúgios para produzir a exclusão escolar. Muitas vezes, essa ausência, essa infrequência, esse abandono que está acontecendo é produzido pela nossa falta de transparência nas políticas, quando não há um plano de atendimento transparente e quando não se garante que crianças e jovens sejam atendidos o mais próximo das suas residências.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

A presidente (Delegada Sheila) – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Decisão da Presidência

A presidência, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o arquivamento do Requerimento Ordinário nº 586/2019 ao final da 19ª Legislatura, determina seja reiniciada a contagem do prazo, a partir da data da publicação desta decisão, para apresentação de requerimento previsto no art. 185 do Regimento Interno quanto ao parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça no Projeto de Lei nº 5.343/2018, do deputado Celinho Sintrocel.

Mesa da Assembleia, 15 de fevereiro de 2023.

Delegada Sheila, no exercício da presidência.

Decisão da Presidência

A presidência, no uso de suas atribuições, determina o arquivamento, por perda de objeto, do Recurso nº 3/2016, do deputado Gustavo Corrêa e outros, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 15 de fevereiro de 2023.

Delegada Sheila, no exercício da presidência.

Decisão da Presidência

A presidência, no uso de suas atribuições, determina o arquivamento, por perda de objeto, do Projeto de Resolução nº 15/2019, do deputado Bruno Engler, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 15 de fevereiro de 2023.

Delegada Sheila, no exercício da presidência.

Leitura de Comunicações

– A seguir, a presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelos deputados Carlos Henrique e Doutor Jean Freire, cujos teores foram publicados na edição anterior.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, a presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 16 e 18/2023, do deputado Celinho Sintrocel, em que solicita, respectivamente, o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 2.681 e 3.434/2021, e o Requerimento nº 214/2023, do deputado Duarte Bechir, em que solicita o desarquivamento do Requerimento nº 12.641/2022.

Encerramento

A presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 16, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 15/2/2023, a seguinte comunicação:

Do deputado Duarte Bechir em que notifica o falecimento de Vicente de Paulo Felício, ocorrido em 12/2/2023, em Campo Belo. (– Ciente. Oficie-se.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/2/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Carlos Silva dos Santos, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

exonerando Gelmaria Lopes Jardim Lima, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

nomeando Amanda Gomes, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Amanda Luiza Costa Paula, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Cleiton;

nomeando Ana Carolina Gomes Brandão, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando Bruno Roberto Prates Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Christiano Senna Soares, padrão VL-24, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leleco Pimentel;

nomeando Cláudio Fernando Gomes de Avellar, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Maria Clara Marra;

nomeando Cristiane Maria Vida, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Djalma Santos, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Eduardo Martins de Lima, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Felipe Barbosa Frascoroli da Silva, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Frederico Ricardo Fonseca Carneiro, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Gabriel Augusto da Silva, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vítório Júnior;

nomeando Gabriela Mendonça de Novaes, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Gelmaria Lopes Jardim Lima, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Geraldo Eugenio Barbosa Mansur, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Gilberto Vieira de Sousa, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

nomeando Guilherme Eustáquio de Castro Marra, padrão VL-25, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Idamaris Celi Felix, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Isadora Sancises Toledo, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leleco Pimentel;

nomeando Jefferson Proença Felix dos Santos, padrão VL-22, 4 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando José Carlos Caldeira da Silva, padrão VL-18, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Lázaro Mariano Medeiros, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leleco Pimentel;

nomeando Lucas Fernando de Sousa Alonso, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Luciana Toledo de Souza, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Guilherme;

nomeando Luís Carlos de Oliveira, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Manoel Messias Avelino de Souza, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Marco Aurélio Noronha de Oliveira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Marcos Antônio Ribeiro de Souza, padrão VL-32, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Maria Conceição Aparecida, padrão VL-29, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Maria Cristina Pereira de Araújo, padrão VL-29, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Marisa Amorim Lobo, padrão VL-55, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Mozart Maximo Filho, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Nelson Augusto Teodoro Rosa, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Patrícia Siqueira Esteves, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Paulo Henrique Simões Mendonça, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Pedro Luiz Rogedo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Renata da Silva Santos, padrão VL-32, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Rita Neta Ferreira Mendes, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 3/2023

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tecno Temp Comércio Instalação e Manutenção Ltda. – EPP. Objeto: fornecimento e instalação de equipamentos de condicionamento de ar de expansão direta tipo Sistema VRF. Objeto do aditamento: prorrogação do prazo do Contrato nº 132/2021, por 12 meses, para conclusão do objeto contratado, com reajuste de preços. Vigência: 13/1/2023 a 12/1/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).